

ABR. –
– JUN.
2024

V CURSO PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO DO URBANISMO E DA HABITAÇÃO

(À LUZ DA RECENTE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E DA HABITAÇÃO)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA • Prof. Doutor Claudio Monteiro • Prof. Doutor João Miranda • Mestre Diogo Calado

19
FEV.

CONFERÊNCIA INAUGURAL SIMPLEX URBANÍSTICO

03
ABR.

1. AS BASES DO REGIME JURÍDICO DO SOLO, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO

ESTATUTO JURÍDICO DO SOLO

- O estatuto jurídico da propriedade imobiliária urbana
- Domínio Público e Urbanismo

António Duarte de Almeida
ICJP / Advogado

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O SOLO E POLÍTICA DE SOLOS

- Servidões e restrições de utilidade pública. As relações entre as normas urbanísticas e as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional
- Meios de intervenção da Administração Pública no solo

Filipe Brito Bastos
FDUNL

05
ABR.

2. A FORMAÇÃO, A AVALIAÇÃO E O CONTEÚDO DOS PLANOS URBANÍSTICOS

RELAÇÕES ENTRE INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

- As relações entre planos de natureza estratégica e planos de natureza regulamentar
- A adaptação dos planos municipais aos programas especiais e regionais
- Relações entre programas e planos e entre planos

José Mário Ferreira de Almeida
ICJP / Advogado

MEDIDAS CAUTELARES DOS PLANOS E APLICAÇÃO DAS NORMAS DE PLANEAMENTO NO TEMPO

- As medidas cautelares: medidas preventivas e normas provisórias
- A suspensão de concessão de licenças

António Duarte de Almeida
ICJP / Advogado

10
ABR.

A CONTRATUALIZAÇÃO DO PLANEAMENTO

- Os contratos para planeamento: formação, efeitos e natureza
- Experiências práticas de contratos para planeamento

Jorge Alves Correia
FDUC

AVALIAÇÃO E DINÂMICA DOS PLANOS

- Avaliação dos planos
- A avaliação ambiental estratégica de planos e programas e a sua articulação com a avaliação de impacto ambiental de projetos com relevância urbanística
- Dinâmica dos planos

Rui Ribeiro Lima
Advogado

12
ABR.

CONTEÚDO DOS PLANOS; EM PARTICULAR, O NOVO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE RECLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS

- A classificação e a qualificação dos solos nos planos municipais
- O novo procedimento simplificado de reclassificação dos solos

Gonçalo Reino Pires
Advogado

PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS

- Elaboração técnica;
- Tramitação procedimental, discussão pública e aprovação
- Experiências práticas de elaboração de planos municipais

Ana Barroco
Arquiteta

17
ABR.

EXPROPRIAÇÕES DOS PLANOS, COMPENSAÇÃO E INDEMNIZAÇÃO

- As expropriações dos planos
- A compensação e a indemnização pelo sacrifício de direitos consolidados
- A indemnização pelas medidas cautelares

Claudio Monteiro
FDUL / Supremo Tribunal Administrativo

3. A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS PLANOS URBANÍSTICOS

PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA URBANIZAÇÃO

- A qualificação do solo urbano e a programação da urbanização
- As unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e as unidades de execução (UE) dos planos municipais

João Miranda
FDUL / Advogado

19
ABR.

EXECUÇÃO DOS PLANOS

- Os contratos de urbanização
- Reserva de solo
- A expropriação por utilidade pública urbanística e a concessão de urbanização
- As operações de reparcelamento de acordo com as disposições do plano

Isabel Moraes Cardoso
Advogada

REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO

- O financiamento da execução dos planos
- A perequação compensatória de benefícios e encargos do planeamento

Paulo V.D. Correia
IST

24
ABR.

4. O CONTROLO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

ÂMBITO, NATUREZA E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO PRÉVIO

- As modificações introduzidas pelo "simplex" urbanístico
- Âmbito, natureza e procedimento de licenciamento
- Âmbito, natureza e procedimento de comunicação prévia

Isabel Abalada Matos
Advogada

ISENÇÃO DE CONTROLO PRÉVIO, EM PARTICULAR NO CONTEXTO DO "SIMPLEX" URBANÍSTICO

- Obras particulares isentas de controlo prévio. As obras de conservação e de alteração no interior dos edifícios e outras obras de escassa relevância urbanística
- Obras públicas e urbanismo. As operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública
- Desafios trazidos pelo novo regime

André Folque
Conselheiro Consultivo da PGR

03
MAI.

CONTROLO PRÉVIO E INTERESSES PÚBLICOS DIFERENCIADOS

- Consultas a entidades externas; em particular, as novidades do "simplex urbanístico"
- A realização de passos e formalidades procedimentais em simultâneo
- Em especial: o património cultural imóvel. Tipologia, formas de proteção e regime jurídico das zonas de proteção, conjuntos e sítios
- A realização de operações urbanísticas em imóveis classificados

João Martins Claro
Advogado

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLO PRÉVIO, PODERES DE APRECIÇÃO E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

- Limitação dos poderes normativos municipais ao nível da instrução do procedimento
- A uniformização das exigências procedimentais
- Âmbito dos poderes de apreciação municipal

Miguel Arnaud de Oliveira
FDUL

08
MAI.

OS MECANISMOS DE AGILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DO "SIMPLEX" URBANÍSTICO

- A alteração de prazos decisórios
- Alargamento do âmbito de aplicação dos deferimentos tácitos
- Simplificação dos títulos da licença e da comunicação prévia

João Tiago Silveira
FDUL

DA AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO À COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

- Da autorização de utilização à comunicação de utilização
- Âmbito, natureza e procedimento de comunicação de utilização
- Aspectos problemáticos do regime

David Pratas Brito
Advogado

10
MAI.

5. A ESTRUTURAÇÃO E A GESTÃO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

- A divisão da propriedade para fins urbanísticos. O parcelamento e o loteamento do solo
- Cedências urbanísticas

Miguel Faria Ferreira
Advogado

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS (CONT.)

- Loteamentos urbanos e propriedade horizontal

Luciano Marcos
Advogado

15
MAI.

ILEGALIDADE E REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE URBANÍSTICA

- A regularização de operações urbanísticas
- A adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística

Diogo Calado
FDUL

VALIDADE DOS ATOS DE CONTROLO PRÉVIO E RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

- Forma e regime de invalidade dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas
- A responsabilidade civil por atos de gestão urbanística

Tiago Serrão
FDUL

17
MAI.

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA DOS PARTICULARES NA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

- A informação prévia sobre a viabilidade das operações urbanísticas
- A regulamentação municipal de aspetos relativos à urbanização e à edificação
- A proteção do existente

Pedro Moniz Lopes
FDUL / Advogado

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

- A previsão de compromissos urbanísticos no conteúdo documental dos planos municipais
- A realização das obras de edificação previstas nas licenças de operações de loteamento
- Sucessão de planos e direitos pré-existentis

Isabel Abalada Matos
Advogada

Isabel Moraes Cardoso
Advogada

22
MAI.

6. A REABILITAÇÃO URBANA E A HABITAÇÃO

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO, ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA E DEVERES DE PROMOÇÃO DA REABILITAÇÃO URBANA

- Reabilitação urbana e política de habitação
- Instrumentos municipais da política de habitação
- Regime jurídico da delimitação das áreas de reabilitação urbana
- A obrigação de reabilitar e o seu incumprimento. A realização de obras coercivas, a expropriação e a venda forçada de imóveis em áreas de reabilitação urbana

José Luís Cunha
Jurista – Município de Lisboa

OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA

- O planeamento de operações de reabilitação urbana
- Os contratos de execução de operações de reabilitação urbana. A concessão de reabilitação urbana e o contrato de reabilitação urbana

Gonçalo Reino Pires
Advogado

24
MAI.

MEDIDAS LEGISLATIVAS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: O "MAIS HABITAÇÃO"

- Instrumentos de promoção da habitação para arrendamento acessível
- Mecanismos de desenvolvimento do cooperativismo
- Meios de incentivo ao arrendamento habitacional

António Gil Leitão
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

REABILITAÇÃO URBANA, HABITAÇÃO E TURISMO

- Reabilitação urbana e arrendamento urbano. A realização de obras em prédios arrendados
- Promoção do uso efetivo de habitações devolutas
- Promoção e gestão da habitação pública

Sofia Galvão
Advogada

29
MAI.

FINANCIAMENTO E FISCALIDADE DA REABILITAÇÃO URBANA E DA HABITAÇÃO

- O financiamento das operações de reabilitação urbana
- A fiscalidade da reabilitação urbana
- As medidas fiscais do "Mais Habitação"

Carlos Lobo
FDUL

7. A RESPONSABILIDADE E A QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO

- RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CONTRAORDENACIONAL E PENAL
- Deontologia profissional e responsabilidade disciplinar dos técnicos
- A responsabilidade penal e contraordenacional dos intervenientes no processo de construção

Eduardo Gonçalves Rodrigues
Advogado / Arquiteto

05
JUN.

RESPONSABILIDADE CIVIL

- A responsabilidade civil dos intervenientes no processo de construção
- As garantias e os seguros de responsabilidade civil de construção

Manuel da Silva Gomes
Advogado

RESPONSABILIDADE E CONTROLO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

- Âmbito de apreciação dos projetos e responsabilidade dos técnicos. O termo de responsabilidade
- O controlo e certificação dos projetos e da execução dos trabalhos por técnicos privados

João Miranda
FDUL / Advogado

07
JUN.

8. CONTRAORDENAÇÕES E CONTENCIOSO DO URBANISMO

CONTRAORDENAÇÕES URBANÍSTICAS

- Tipologia
- A tramitação da fase administrativa das contraordenações urbanísticas
- Impugnação judicial de sanções contraordenacionais

Claudio Monteiro
FDUL / Supremo Tribunal Administrativo

CONTENCIOSO DO URBANISMO

- Conteúdo dos planos e dos atos de gestão urbanística
- Impugnação de planos e normas de planeamento
- Contencioso dos atos de controlo prévio
- Processos urgentes urbanísticos
- Novidades trazidas pela recente reforma da legislação urbanística

Diogo Calado
FDUL

ORGANIZADORES

APOIO

CONTACTOS

2ª a 6ª feira • 10H00 às 13H30 • 14H30 às 18H00
T: 217 984 600 • E: icjp@fd.ulisboa.pt

www.icjp.pt • www.facebook.com/icjp.pt